

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.646.175 - PR (2020/0004017-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : AUTO POSTO MAGGON LTDA
ADVOGADOS : EUGÊNIO SOBRADIEL FERREIRA - PR019016
FERNANDO AUGUSTO DIAS - PR046529
OUTRO NOME : COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ROLIVERA LTDA.
AGRAVADO : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : CAROLINA KUMMER TREVISAN - PR044406

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por AUTO POSTO MAGGON LTDA e OUTRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - ICMS - SUCESSÃO TRIBUTÁRIA CONFIGURADA - COMPROVAÇÃO DA AQUISIÇÃO DO FUNDO DE COMÉRCIO - SÓCIO DA EMPRESA ORIGINALMENTE EXECUTADA QUE FOI CITADO NO ESTABELECIMENTO EM LIDE JÁ DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA EMBARGANTE - INTELIGÊNCIA DO ART. 133 DO CTN - SENTENÇA MANTIDA - FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS - INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 07 DO STJ E DO ART. 85 § 11 DO CPC/15 - SENTENÇA PROFERIDA SOB A ÉGIDE DO NOVEL CPC - RECURSO DESPROVIDO.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 1.022 do CPC.

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 373, II, do CPC e 133 do CTN, sustentando a inexistência de sucessão empresarial, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

2 - A recorrente arrendou o estabelecimento industrial da devedora; Deveras, instalou-se no mesmo local como simples Arrendatária, cujo contrato foi firmado muito tempo após o encerramento das atividades da sucedida.

3 - Não olvide-se, entretanto, que as atividades exercidas pela devedora, encontravam-se encerradas muito tempo antes da recorrente alojar-se no local, FATO INCONTROVERSO NO V. ACÓRDÃO, caindo por terra a oposta afirmação avalizada no V. acórdão que ocorreu a

continuação da atividade.

4 - O fato da recorrente ter firmado contrato de arrendamento, num primeiro momento, com a proprietária no intuito de instalar-se no local onde a devedora exercia suas atividades, não instaura vínculo jurídico deflagrador de responsabilidade sucessória, haja vista que o art. 133 do CTN delimita a responsabilidade ao adquirente do estabelecimento, onde a locatária, recorrente, não pode sofrer ampliação dos efeitos da norma, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade e tipicidade cerrada (fls. 509/510).

Quanto à terceira controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega dissenso jurisprudencial sobre a matéria.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente aponta violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem especificar, todavia, quais incisos foram contrariados, a despeito da indicação de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Quanto à segunda controvérsia, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Não é possível afirmar, por outro lado, como se verá adiante, que nenhum negócio tenha ocorrido naquele endereço desde 2006. Aliás, longa trama de sucessões empresariais pode ser verificada pelos documentos acostados aos autos.

Às fls. 100/104, datado de 29/08/1983, temos o contrato social de formação de Bernardelli & Ribas Ltda., destinada ao "comércio varejista de combustíveis e lubrificantes". Nas folhas seguintes atualizações nos termos do contrato social, com a manutenção da sociedade entre os Srs. Ivo Edson Bernardelli e Nelson Ribas.

Adiante, em 31/10/1992, fls. 109/110, o Sr. Ivo Edson Bernardelli retira-se da sociedade, sendo substituído pela Sra. Sandra Luiza Ribas Bernardelli.

Nova alteração às fls. 114/115, com a entrada na sociedade da Sra. Silvia Karina Ribas Bernardelli e saída da Sra. Sandra Luiza Ribas Bernardelli em agosto de 1999.

Nas folhas seguintes mais uma modificação da situação societária, com o afastamento da Sra. Silvia Karina Ribas Bernardelli e a reentrada do Sr. Ivo Edson Bernardelli, com assinatura dos envolvidos em 06/11/2003.

Em 16/12/2004 o Sr. Ivo Edson Bernardelli sai da sociedade e é substituído pelo Sr. Rodrigo Zamuner Ribas. Altera-se o nome da sociedade para RIBAS & ZAMUNER LTDA (fls. 120 e seguintes).

Pela primeira vez não há um representante da família Bernardelli na administração do posto de combustíveis localizado à Avenida Paraná, 1030, Cruzeiro do Oeste.

Entretanto o contrato de arrendamento, e não de locação, como insiste dizer a embargante, é firmado entre a empresa recorrente e o Sr. Ivo Edson Bernardelli em data de 1 °/02/2013 (fls.

29/33). A Cláusula sexta do contrato indica que o pagamento do arrendamento será feito às Sras. Ana Maria Ribas Bernardelli, Sandra Luiza Ribas Bernardelli e Silvia Karina Ribas Bernardelli, as últimas ex-sócias da RIBAS & BERNARDELLI LTDA.

A cláusula primeira de tal contrato indica que o bem, "já visto pelas partes", está "livre de vícios ou outros problemas que possam impossibilitar o funcionamento normal". Possível pressupor, portanto, que em pleno andamento as atividades ali desenvolvidas.

Em que pese, portanto, RIBAS & ZAMUNER LTDA ter tido baixa no cadastro de ICMS ainda em 2006, a atividade comercial por ela desenvolvida estava sendo explorada no mesmo lugar, com os mesmos atributos (posto de combustível, loja de conveniência, lavador e lubrificador) em fevereiro de 2013.

Veja-se, inclusive, que o Sr. Rodrigo Zamuner Dias, sócio de RIBAS & ZAMUNER LTDA, foi citado na ação de execução justamente no local do posto de combustíveis na data de 10/04/2012, como se vê na certidão do Oficial de Justiça, fls. 54.

No mesmo lugar foi intimado de penhora sob possíveis direitos em ação revisional no qual é autor no dia 12/11/2013.

Ora, no dia 12 de novembro de 2013 COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS ROLIVEIRA LTDA - ME já era, há pelo menos sete meses, arrendatária do empreendimento comercial em lide. E ali podia ser encontrado em horário comercial (10:50 da manhã, fls. 132) o Sr.

Rodrigo Zamuner Dias.

Não há qualquer prova nos autos de que desde o período de baixa no cadastro do ICMS da empresa RIBAS & ZAMUNER LTDA até o arrendamento do estabelecimento por COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS ROLIVEIRA LTDA - ME não houvesse atividade comercial no local. E não se fale em prova impossível, porque o fechamento (por anos) de tal importante negócio não é irrelevante em cidades menores.

Muito pelo contrário, temos a citação do Sr. Rodrigo Zamuner Dias naquele exato ambiente em abril de 2012, indicando o funcionamento do posto de combustíveis.

Não há elementos quaisquer, portanto, para se supor que o comércio ali desenvolvido tenha ficado um só dia desativado desde a primeira notícia nos autos de sua fundação, ainda em 1983 (fls. 463/465).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula

n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à terceira controvérsia, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: "Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso" (AgInt no AREsp n. 1.312.148/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 20/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AgInt no REsp n. 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; AgInt no AREsp n. 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018; AgRg no AREsp n. 695.443/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 25/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão**

Superior Tribunal de Justiça

de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente